

Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional*

Social work and Ms. Ivone Lara: the black and secular side of our professional history

Graziela Scheffer

Professora da Faculdade de Serviço Social (UERJ), mestre e doutora em Política Social e Serviço Social (UFRJ), especialista em Saúde Mental Integrada e Coletiva (ESP-RS), pesquisadora do Ceoi (UERJ), do Neps (UERJ) e do Projeto Transversões (UFRJ).

graziela.uerj@gmail.com

Resumo: O artigo é fruto de estudo exploratório concluído na tese de doutorado, na qual apresentamos parte do resultado sobre a história das pioneiras cariocas do Serviço Social, onde destacamos uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil, Dona Ivone Lara.

Palavras-chave: Serviço Social. Dona Ivone Lara. História profissional.

Abstract: This article is an exploratory study of fruit completed the doctoral thesis we present part of the result on the history of Rio de Janeiro's social service pioneer that highlight one of the first black social workers from Brazil, Dona Ivone Lara.

Keywords: Social Work. Dona Ivone Lara. Professional history.

Introdução

Estudar Dona Ivone Lara enquanto assistente social negra da primeira geração vai para além dos muros internos da profissão: “[...] uma das primeiras assistentes sociais do país; ou ainda, uma das primeiras mulheres negras a adquirirem educação no nível de terceiro grau” (Santos, 2005, p. 27). Além disso, “ela é uma das poucas representantes vivas de uma manifestação cultural popular brasileira — o samba — que moldou e continua dando formas ao que se quer en-

* Agradeço ao meu orientador-cúmplice Eduardo Vasconcelos, ao exemplo histórico de resistência de Dona Ivone Lara e à amizade de Rose Pedreira, pela iniciação nas rodas de samba do Rio de Janeiro.

tender como sendo a debatida identidade nacional” (Idem). “Dona Ivone se metamorfoseia em dona de casa, assistente social, mãe e na personagem que mais exige empenho: a de artista” (Burns, 2009, p. 21). Em 1965 entrou para história da música brasileira como a primeira mulher assinando a composição do enredo de escola de samba. Para entendermos a trajetória da pioneira negra, buscamos identificar as raízes da laicização das profissões consideradas de “mulheres”, situando, nesse debate, as lutas feministas inauguradas no período de 1889 a 1930. Também apresentamos a criação do Serviço Social e as percepções da primeira geração de assistentes sociais acerca do movimento feminista de sua época.

1. Uma reflexão sobre as protoformas laicas do Serviço Social

No Brasil a partir de 1889, com a implantação do sistema republicano, houve separação entre a Igreja Católica e o Estado, impulsionando um processo de laicização do estatal alicerçado no capitalismo e na urbanização nascente. Esse processo acarretou perdas de poder da Igreja e mudanças significativas nas relações sociais, econômicas e culturais. Também nesse período aparecem as primeiras organizações da classe trabalhadora e das lutas feministas pelo direito ao voto.

O processo de laicização veio acompanhado por estruturas de cientificidade racional na república brasileira na trílogia educar, cuidar e assistir, que, ao longo do tempo, estava na mão da Igreja Católica e foi se transformando ideologicamente em atributo naturalmente feminino ligado aos campos da saúde, da educação e do direito. Conforme ilustra afirmação abaixo:

[...] que muitos clérigos se tornaram psicanalistas, psicólogos, assistentes sociais etc., e exercem novas formas de curas das almas com um estatuto de leigos e sob forma laicizada; assiste-se então a uma redefinição dos limites do campo religioso, à dissolução do religioso em um campo mais amplo, que se acompanha de uma perda de monopólio da cura das almas no sentido antigo, pelo menos ao nível da clientela burguesa. (Bourdieu, 2002, p. 122)

As mulheres que trabalhavam fora, se não fossem professoras, enfermeiras ou assistentes sociais, eram consideradas prostitutas em potencial (Chauí, 2012, p. 93). Tornou-se socialmente “tolerável” a mulher se dedicar profissionalmente a

três campos: educação — professora, saúde — enfermeira e serviços sociais — assistente social, sendo que essas fronteiras profissionais muitas vezes apresentavam-se intimamente interligadas ou até mesmo diluídas. Esse fato não excluiu os conflitos e disputas entre Igreja, Estado e sociedade civil. Almeida (2006) destaca que o tempo pós-republicano foi irradiado por valores da igualdade de oportunidades, abrindo espaço para o magistério primário, que se tornou um dos principais caminhos de instrução e formação das moças. Esse processo de feminização do trabalho na educação é oriundo da expansão das escolas normais para moças, que conseguiu avançar, apesar da oposição inicial dos segmentos masculinos mais conservadores. Os conservadores eugenistas discordavam que as mulheres estivessem aptas ao exercício do magistério, alegando que eram portadoras de cérebro pouco desenvolvido pelo seu desuso e tinham uma “psicologia” semelhante à de uma criança, sendo todas despreparadas. Em contraponto a esses argumentos, os grupos favoráveis, como higienistas, apontavam as qualidades inatas das mulheres no sentido da entrega, da doação e do amor. Entretanto, o discurso da pureza feminina e das qualidades morais da mulher acabava também reforçando o mito da inferioridade biológica (Almeida, 2006).

A mulher, para o magistério, foi a expansão da lei de obrigatoriedade da escolaridade. Dessa forma, “a necessidade de mestras para cuidarem das classes femininas possibilitou a abertura de lugar na educação escolarizada para as mulheres” (idem, p. 64). Do ponto de vista da autora, a feminização da profissão de educadora está vinculada aos padrões patriarcais e econômicos que vinham se reestruturando em finais do século XIX e nas primeiras décadas do XX.

A mulher-mãe ou professora — deveria atender aos interesses da sociedade e da nação, por meio da retransmissão dos conhecimentos passados. Deseja-se que a mulher representasse o papel de rainha do lar e anjo da tutelar da família. [...] Nesse sentido, era reservado a ela o papel de educadora, pois, nessa condição, poderia orientar seus alunos como fossem seus filhos. (Silva et al., 2006, p. 94)

Outro campo sócio-ocupacional que se ampliava para a inserção da mulher é o da saúde, vinculado ao exercício da enfermagem. Assim sendo, cabia à mulher educar e também cuidar da saúde do povo. A criação e o desenvolvimento da enfermagem destacava-se nos períodos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, que teve ampla inserção de mulheres no trabalho de enfermagem. As enfermeiras, a partir da

participação militar nos dois conflitos mundiais, estiveram no centro do imaginário que definiu um novo lugar para a mulher na cultura e na sociedade do século XX na Europa e nos Estados Unidos. Logo, a enfermeira tornou a personagem feminina mais louvada da guerra. Os trabalhos da enfermagem estiveram pautados nos atributos de abnegação angelical e maternal. A imagem da enfermeira estava ligada ao ato piedoso de consolo na cabeceira dos doentes e substituíram as religiosas que tradicionalmente cuidavam dos enfermos. Essa imagem divinizada e racional foi constantemente reforçada pela Cruz Vermelha (Cytrynowicz, 2000). No processo de laicização houve uma ruptura da religiosa enfermeira “empírica, a serviço de Deus” para mulher-cidadã cuidadosa da civilização, munida de aparato técnico.

A utilização da enfermagem e das enfermeiras — como profissão-modelo para preparar mulheres para servir à sociedade e ao Estado — teve apelo junto às classes médias. A profissão de enfermeira constituía um importante canal de afirmação social e profissional de mulheres dos estratos médios da população, a partir do final dos anos 1920 e especialmente nas décadas de 1930 e 1940. A carreira de enfermeira, junto à de professora primária, era uma das opções possíveis, desde o século passado, para moças destes estratos sociais. (Cytrynowicz, 2000, p. 3)

A imagem piedosa da enfermeira vinha carregada pela subalternidade da dominação masculina na conservação da estrutura de classes e gêneros. Outro aspecto importante da profissionalização da mulher foi a sua inserção na medicina, em relação às dificuldades de entrar no universo médico de dominação masculina. “É preciso lembrar também que as relações de poder que se estabelecem no campo médico estão vinculadas às outras dimensões que estruturam a realidade social; ou seja, a classe, o gênero e as etnias” (Rago, 2000, p. 224). As mulheres que buscavam a profissão médica tiveram que enfrentar os obstáculos do determinismo eugênico da inferioridade biológica feminina, que as considerava incapazes.

Sobre a profissionalização da mulher brasileira, temos que perceber as chamadas “concessões”; foram resultados também de atendimentos e reivindicações femininas (Franco, 2006). “A história das mulheres não é uma linearidade progressiva, tem ir — e vir —, e suas lutas e resistências também não podem ser vistas apartadas das tramas de poder” (idem, p. 17). No artigo do anarquista da época, Fábio Luz, podemos identificar as formas de resistência das mulheres ao que chamava de “destino” da mulher de ser mãe e esposa:

As únicas que em maior número se vão libertando desse jugo, ou dispensando o auxílio do homem e fugindo aos deveres humanos propagadores da espécie, conservando o celibatário, ou repelindo os companheiros que lhe não satisfazem as aspirações [...] são as professoras primárias, funcionárias públicas. (Luz, apud Carone, 1984, p. 467-468)

Nessa citação observamos as mulheres que tinham vínculos empregatícios estáveis (professoras e funcionárias públicas) e que conseguiam se “libertar” do “destino do casamento-cativeiro”. No entanto, parece-nos que o preço dessa liberdade na sociedade era abrir mão de suas “práticas sexuais” (ou viver delas para sua sobrevivência material). O magistério passou a ser visto como sacerdócio, e não mais como profissão (Franco, 2006). Sobre a questão do celibato e o trabalho da mulher, verifica-se que “todas as profissões deveriam ser exercidas com autorização do marido, como previsto no Código Civil, criando uma distinção entre as mulheres celibatárias, um pouco mais autônomas e aquelas que haviam contraído casamento” (Gonçalves, 2006, p. 35).

No período de 1917 a 1920 ocorreu uma intensa luta dos trabalhadores na defesa do poder aquisitivo dos salários, regulação da duração da jornada de trabalho das mulheres e menores de idade, bem como com relação ao direito às férias, seguro contra acidente e doença, proibição do trabalho infantil e reconhecimento das entidades e suas lideranças. Em 1919 foi implantada uma medida ampla de legislação social, responsabilizando as empresas pelos acidentes de trabalho. Contudo, não gerou grande impacto na vida dos trabalhadores. No ano de 1925 foi criado o Conselho Nacional de trabalho e, em 1926, a legislação do trabalho passa a ser “administrada” pelo Congresso Nacional, sendo a regulação do mercado de trabalho feita pelo Estado. No mesmo ano são aprovadas as leis de proteção ao trabalho (férias, acidente de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro-doença etc.) (Iamamoto e Carvalho, 2004).

A feminista sufragista Bertha Lutz defendia, além do direto político do voto, a profissionalização e o acesso à educação. Em 1924 foi aprovado o ensino doméstico agrícola pautado nas reivindicações apresentadas (Lôbo, 2010).

Para Rago (1985), a prioridade do acesso aos direitos relacionados ao sexo feminino estava ancorada na visão da mulher como ser frágil e naturalmente ligada à vocação de ser mãe. Isso sustentou práticas que buscaram o redimensionamento da mulher trabalhadora de volta ao lar. Para a autora, tanto a legislação trabalhista

quanto no discurso operário da época projetavam uma imagem da mulher sob viés romântico das classes dominantes, fundamentadas pelo saber médico, que concebia a mulher como encarnação das emoções e sentimentos.

Há uma “sutil” observação sobre a distinção acerca da constituição da cidadania entre homens e mulheres no Brasil. Os primeiros passos do reconhecimento da cidadania das mulheres foram direitos sociais vinculados à educação e à saúde-trabalho, ao passo que os homens já tinham seus direitos civis e políticos “garantidos”. Recordamos que os direitos civis das mulheres eram limitados, pois ficavam sob tutela do pai e depois do marido; elas não tinham autonomia em suas escolhas.

Um importante aspecto da participação das mulheres na arena política brasileira foi durante a Guerra Civil de 1932 e na Campanha Constituinte, que contribuiu para criar uma visão simbólica da mulher paulista a partir das suas mobilizações do período, vejamos:

Mulheres escreviam e assinavam petições, faziam pronunciamentos na rádio, coletavam roupas e verbas para as tropas, trabalhavam na confecção de roupas e agasalhos, em fábricas e cozinhas de emergência destinadas aos soldados em trânsito, dirigiam hospitais e agências para cuidar de lares em que os chefes de família tinham sido mobilizados para a guerra, cuidavam dos feridos e ofereciam apoio moral às tropas paulistas de inúmeras maneiras. (Weinstein, 2004, p. 74)

Para Rago (1985, p. 67), um dos principais problemas em analisar a participação da mulher operária é a falta de registro por parte delas, pois os que existem foram feitos ótica da militância masculina, “sendo que o discurso operário masculino fala de e para a mulher trabalhadora, definido simbolicamente como sexo frágil, física e moralmente”.

Soihet, em seu estudo sobre as mulheres das classes subalternas do Rio de Janeiro no período de 1890 a 1920, destaca a ativa participação da mulher no mundo do trabalho, por uma questão sobrevivência. O perfil feminino das classes subalternas era: mulheres pobres livres, escravas e forras sozinhas, chefes de família que viviam precariamente do trabalho temporário, como o artesanato e o comércio ambulante. Pela divisão sexual do trabalho, na maioria das vezes, eram obrigadas a realizar suas atividades na casa em cômodos pequenos. Devido ao adensamento habitacional nas regiões próximas do centro. Nesse sentido, o espaço doméstico era

também o de trabalho. Além de exercerem suas funções cotidianas, tão pouco reconhecidas socialmente, “de reprodução da força de trabalho, ainda produziam para o mercado nesse mesmo espaço, exercendo função doméstica de lavadeira, engomadeira, doceira; algumas eram cartomantes e muitas prostitutas” (Soihet, 1989, p. 9). De modo que a falta de infraestrutura que possibilitasse desonerar a mulher de suas atividades domésticas condenou-a a uma dupla jornada acrescida de discriminação salarial. A autora também coloca que a falta de comida, as doenças e a dificuldade de trabalho levavam muitas delas a ocupar espaços “condenados” — as cartomantes, bicheiras, prostitutas, sem falar naquelas que passaram a vagar pelas ruas do Rio de Janeiro sem qualquer possibilidade de ocupação, chamadas de vagabundas e vadias pelas autoridades. Sobre todas recaía o peso da repressão policial.

As mulheres operárias nesse período são e se sentem exploradas pelo sistema capitalista; já as da classe média e da elite vivem e sentem a opressão intelectual, cultural e moral. Ainda sobre a diferença de classe na constituição das lutas pelos direitos das mulheres brasileiras, esse legado “sinhazinha-escrava” produziu, entre as mulheres, uma hierarquia de classe-raça que abriu fendas culturais entre as mulheres brasileiras.

A questão da mulher no capitalismo é gestada numa relação pendular entre a exploração e a opressão, unificadas nos domínios de desigualdades sociais da dominação burguesa. As diferenças de classe entre as mulheres delimitaram suas formas e o conteúdo de suas demandas. Em suma, as operárias lutavam por melhores condições de vida, e as de classe média reivindicavam avanços no modo de vida da mulher, por meio da inserção no mercado de trabalho, da profissionalização, da educação e do divórcio.

As classes sociais exprimem as diferenças de situação e de posição que as separam; não significa reduzir todas as diferenças, e muito menos a totalidade destas diferenças, a começar por seu aspecto econômico [...]. (Bourdieu, 2011, p. 25)

Fruto de amplo conjunto de forças sociais — a luta feminista, a escolarização laica, a profissionalização e a inserção das mulheres no mundo do trabalho, aliado ao marco simbólico da participação cívica das mulheres paulista na Guerra Civil de 1932 —, temos, pela primeira na história do país regido pela Constituição de 1934, uma deputada: Carlota Queiroz, médica e oriunda da elite paulistana. Identificamos a escolarização das mulheres como produto de um movimento contraditório, pois

se de um lado buscou “reforçar” a construção simbólica higienista da mulher com base nos atributos “submissão” biológica, estética, subjetiva e social, de outro proporcionou a oportunidade de elas construírem as primeiras reflexões sobre sua condição política no plano cultural.

1.1 Serviço Social, feminismo e percepções da sua primeira geração

O processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil na década 1930 recebeu as heranças históricas da Constituição do Estado, do pensamento conservador da elite e do pensamento doutrinário da Igreja (Iamamoto, 2000).

As políticas que demarcaram o Serviço Social foram a repressão e a caridade, constituindo-se uma terceira via em relação ao comunismo e ao liberalismo oriundo do processo do movimento de reação da Igreja Católica, mediadas, no entanto, pelas questões da mulher, da criança e da miscigenação. Entende-se que a reprodução social vai além da reprodução das forças produtivas e do trabalho (material), pois também reproduz as questões “espirituais” da sociedade — valores, ideologias —, que repercutem no modo de viver da classe trabalhadora. O assistente social intervém sobre o viés persuasivo e autoritário junto às classes operárias (Iamamoto e Carvalho, 2004).

A constituição do Serviço Social se consolida no processo de urbanização e de industrialização no palco do acirramento das lutas de classes, mediadas pelos debates e relações — raça, gênero e geracional — que estavam na agenda societária da época. A ampliação do papel feminino na sociedade brasileira, ou seja, na política, no trabalho e na cultura, ampliou e legitimou as práticas profissionais das mulheres no cenário das políticas sociais brasileiras, ancoradas no reconhecimento da cidadania. Ou seja, “as mulheres reclamam para si a ampliação da definição de maternidade para além dos limites do lar e são chamadas a ocupar funções maternas fora dele” (Corrêa, 2009, p. 85). A autora também ressalta que

o projeto de criação do Serviço Social no país é que ele parecia se dar a contrapelo das diretrizes mais gerais do governo na época, ao mesmo tempo em que absorvia a retórica que as expressava como que criando uma proteção ideológica para profissionalização feminina ao revesti-la desse halo de continuidade da função materna. (Idem, p. 88-89)

A intervenção feminina no âmbito social aceita, entretanto, estava circunscrita à política dos homens, visto que a participação da mulher estava respaldada simbolicamente na ênfase maternal e benevolente, “naturalmente” feminina, bem como no fato de que a questão social não era “plenamente” legitimada pelo poder dominante do Estado, não sendo considerada uma “questão propriamente política” (Werle, 2010).

Mas nem tudo foram “flores” para as mulheres, pois se instaurou em 1937 a ditadura varguista, momento de perseguição aos comunistas, aos intelectuais da esquerda e às organizações de lutas feministas. Durante esse período ditatorial, muitas mulheres foram presas e torturadas, como Olga Prestes, Elisa Berger, Maria Werneck de Castro, Nise da Silveira, Pagu etc. O registro da prisão e tortura de algumas delas é apresentado no livro *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos (2004, p. 277):

Pedaços de rostos, mãos, coxas, tamancos, frases amáveis, sorrisos, misturavam-se vagos inconsciente. Na ala inferior branca e serena, Olga me atirara alguns sons guturais, provavelmente a expressão de bom desejo, difícil de perceber aquela situação. A pequena distância, os bagulhos de Nise e os lábios sangrentos de Valentina.

Acreditamos que os avanços alcançados durante a República Velha pelas lutas feministas não conseguiram se consolidar no período varguista, no sentido das rupturas do cunho higienista e eugenista normatizadas na relação entre sexos e da conduta da mulher brasileira. Na verdade, quem ganhou essa “batalha de ideias” no pós-1930 foram os intelectuais conservadores católicos e os higienistas. Ou seja, houve inserção das reivindicações católicas nos artigos da Constituição de 1934, que eram: indissolubilidade do matrimônio, validade do casamento religioso quando registrado para fins civis, e o ensino religioso facultativo, resultado do trabalho de um grupo católico de renovação da Igreja no Brasil. Apesar das polêmicas durante a votação das propostas apresentadas pela bancada católica, a batalha foi vencida contra as posturas laicas (Lima, 1983, p. 19).

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões “femininas”, constituída principalmente por mulheres de classe média e alta das principais cidades do país (Rio de Janeiro e São Paulo), com forte influência da Igreja Católica. Analisando as questões de gênero e feminismo na posição das pioneiras, observa-se que, apesar de as lutas feministas fazerem-se presentes desde a República Velha, identifica-se nas entrevistas que, quando questionadas, elas não se consideravam feministas.

Vejo que às vezes há exagero nesse movimento feminista. Eu sempre defendi o direito das mulheres e nunca considerei que os homens devessem ter mais liberdade; fiquei surpresa quando fui nomeada assistente do professor Zbrozek, eu uma mulher... (Maria Amélia Arouzo — UFRJ, 2005, s/p.)

A maioria das pioneiras negava qualquer proximidade com o movimento feminista ou até mesmo de serem avançadas para o período. Acreditamos que a negação ao ideário feminista se liga profundamente às raízes católicas que marcaram a constituição da profissão no país, como, por exemplo, o caso da Escola de São Paulo, que foi fundada basicamente pela Igreja. Sobre o cotidiano das assistentes sociais no trabalho com as mulheres pobres do período, observa-se uma visão essencialista feminina, conforme ilustra a entrevista:

Eu disse: “Doutor Rubens, mulher é diferente. Eu vou fazer uma sala grande para as mulheres. Mas aí eu quero cortina cor-de-rosa, eu quero cadeira de vime, [riso] eu quero isso, aquilo, aquilo outro”. E fiz uma sala enorme em que, na hora que elas acabavam de comer, vinham ali, sentavam, falavam umas das outras etc. e tal, levavam crochê, trabalhos de mão... E depois eu inventei uma cozinha de sobremesas. Porque comida... não dava tempo de aprender um prato de sal num intervalo. Mas um sorvete dava. Então, olha, eu fiz o máximo, americano [riso]. Uma cozinha só para as mulheres de lá. E tinha uma que era cozinheira, não é, a Maria, que ensinava. Elas gostavam muito. E elas faziam, às vezes elas comiam, às vezes levavam para casa. (Ferreira, Maria da Glória L. — Instituto Social, 2002, s/p.)

Fica clara a dificuldade das pioneiras em romper a visão essencialista da mulher. Para Backx (1994), as assistentes sociais formadas no Instituto Social se posicionavam pela permanência das mulheres das classes populares no lar e defendiam a posição da família enquanto lugar privilegiado de socialização do trabalhador. Só havia tolerância ao trabalho feminino quando a mulher fosse adulta e solteira, pois o seu destino era a maternidade, o casamento e o lar.

Em suma, do pós-1930 até 1960 temos uma volta ao lar das mulheres operárias e uma ascensão “conservadora” dos atributos higienistas e religiosos na delimitação da inserção das mulheres no mercado de trabalho, vinculadas aos atos de educar, cuidar e assistir; ou seja, funções que representam um prolongamento das atividades domésticas: ensino, cuidados e serviços (Bourdieu, 2002).

2. Dona Ivone Lara: o cuidar e o assistir na passarela do samba

Dona Ivone Lara, carioca, enfermeira, assistente social, especialista em terapia ocupacional, mulher de origem pobre, negra e com família oriunda do subúrbio, é considerada a dama do samba e uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil. Consideramos nossa pioneira herdeira do legado ancestral da resistência das mulheres negras em suas manifestações africanas no Rio — o samba, a capoeira, as danças de roda, a religiosidade da umbanda. Na música da pioneira “Lamento” podemos identificar essas matrizes da opressão e exploração do negro e suas formas de resistências:

Canto do negro é o lamento
Na senzala do senhor...
Depois de duro trabalho
De maus-tratos e sofrimentos
Chibata comia toda a hora
Sem roupa, sem água e alimento...

A “raiz do samba” de nossa profissional tem sua origem nas casas das tias baianas, nas batidas do pandeiro e da faca no prato no quintal de tia Ciata, onde o primeiro samba foi gravado em 1916. A organização das festas de sambas na República Velha foi marcada pela ativa participação das mulheres negras e mestiças, chamadas de tias. Durante as festas nas casas das tias, na sala de visita era executado o choro, o samba. E, após o jantar, eram realizados o batuque e o candomblé, com os cantos dos orixás. Pelo ângulo da resistência ao trabalho capitalista surge no universo simbólico, principalmente no Rio de Janeiro, a figura do boêmio malandro carioca. Afinal, como diz Oswald de Andrade: “O contrário do burguês não é proletariado, é boêmio”.

Os boêmios eram vistos como a cigarra que cantava e se divertia no prazer do samba do hoje e por isso contrapunha os valores da formiga burguesa do trabalho dignificante do homem, da família e do poupar para o amanhã. “O violão, instrumento por excelência, companheiro das serenatas e dos boêmios, foi identificado com a vadiagem. [...] incentivando-se contra ele o seresteiro e a perseguição policial” (Soihet, 1989, p. 58).

No Brasil, a proibição dos rituais africanos fez com que houvesse um sincretismo religioso entre santos católicos e a mitologia africana, enquanto estratégia de resistência dos negros na manutenção de seus cultos (Soihet, 1989). Os médicos higienistas rotulavam os devotos do candomblé como sujeitos mentalmente desequilibrados, devendo ser fichados na polícia e submetidos a exames periódicos para avaliar a estabilidade intelectual e psicológica. E as filhas de santos eram muitas vezes comparadas com as prostitutas.

A violência contra as manifestações da classe subalterna, nas quais as mulheres costumavam ocupar papel relevante, ocorria não só através das invasões policiais, quando seus praticantes eram levados à delegacia, como parte da imprensa, ao noticiar tais episódios e da *intelligentsia* da época que, via de regra, emitia juízos pejorativos sobre manifestações. (Soihet, 1989, p. 63)

Esse movimento híbrido, que também incorporou a figura do malandro resistente ao trabalho capitalista, foi agregado ao universo simbólico da mitologia afro-brasileira. Uma das representações do malandro foi o Zé Pelintra, que simboliza a figura mensageira entre o mundo celestial dos orixás e o terrestre, uma espécie de Hermes negro. Entretanto, essa resistência “malandra” foi convertida em preconceitos racistas que acompanharam as leituras eugênicas na década 1930:

O malandro carregava para os anos 1930 o preconceito que pairava com relação ao trabalho, sobretudo manual, desde o período escravocrata. Desta feita, porém, a aversão ao labor, ainda associada à “coisa de preto”, ancorava-se na mestiçagem e vinculava-se à nova imagem da vagabundagem. [...] o acento já não recai na distinção biológica, e sim na cultural. (Schwarcz, 2012 p. 68)

Diferente da “criação” do homem guerreiro ou do malandro carioca, o trabalho da mulher seguiu por distintos destinos e significados. Para entender as transformações ocorridas na situação das mulheres deve-se levar em conta que “o trabalho de reprodução esteve garantido até a época recente, por três instâncias principais, a família, a Igreja e a escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes” (Bourdieu, 2005, p. 103).

Dona Ivone Lara agregava em sua trajetória dois legados: 1) da resistência negra do Rio de Janeiro, fazendo parte daquilo que Pierre Bourdieu denominou *in-*

telligentsia proletaróide, que se caracterizava por estabelecer uma relação com a vida boêmia, os escritores e artistas existentes desde a época romântica. Embora fosse um segmento de parte da classe dominante, mas ligada ao *ethos* dos dominados, ele apresenta uma ambiguidade estrutural de sua posição na estrutura da classe dominante. Há a manutenção de uma relação ambivalente, tanto com as frações de classe dominantes (os “burgueses”) como com as classes dominadas (o “povo”) (Bourdieu, 2011, p. 192); 2) inserção das mulheres no mercado de trabalho sob o lastro da dominação burguesa. Desta forma, as escolhas profissionais circunscrevem-se a estereótipos do que é ser o trabalho de mulher — enfermeira, professora e assistente social —, entre outras categorias ligadas ao universo “doméstico e religioso”.

Dona Ivone Lara andava entre dois mundos: de um lado a realidade da classe média vivenciada na escola e na universidade; de outro, o da família pobre de tradição cultural negra. Portanto, era fruto de diferentes influências de classe e de tradição cultural. “Encontrava na escola as meninas de classes sociais diferentes da sua e, quando voltava para casa, se deparava com realidade das casas pobres do subúrbio do Rio de Janeiro. Convivia com negros, brancos, com pessoas de elevada formação escolar ou gente sem qualquer estudo” (Burns, 2009 p. 37). Concor damos com Darcy Ribeiro quando afirma que cultura afro-brasileira é

Uma cultura feita de retalhos do que o africano guardara no peito nos longos anos de escravidão, como sentimentos musicais, ritmos, sabores e religiosidade. A partir dessas bases precárias, o negro urbano veio a ser o que há de mais vigoroso e belo na cultura popular brasileira. [...] o nosso Carnaval, o culto de Iemanjá, a capoeira [...]. (Ribeiro, 2008, p. 204-205)

Apesar da opressão republicana, o samba conseguiu ser reconhecido enquanto expressão nacional na era Vargas. Havia um clima intelectual favorável para a pioneira negra em suas criações musicais, pois: “Na mesma época em que Dona Ivone Lara compunha seu primeiro samba — início da década de 1930 — ‘Casa-grande e senzala’ —, ele tornava-se um marco bibliográfico nacional” (Burns, 2009, p. 37). Entretanto, o trabalho de composição esteve em segundo plano até a sua aposentadoria de assistente social. “Até aposentadoria, ela se apresentava às pessoas como ‘Yvonne Lara, assistente social’, e não como cantora ou compositora” (Burns, 2009, p. 81). E durante muito tempo quem assinou as autorias de suas músicas foi um primo sambista.

Sua trajetória profissional teve início na enfermagem, como visitadora social na Escola Anna Nery (EAN). Após trabalhar durante seis anos, foi fazer o curso de Serviço Social, concluído em 1947.

Lara passou a integrar outra profissão onde a presença de negros, pelo menos no Rio de Janeiro, sempre foi majoritária: a área de enfermagem. Ela teria exercido esta profissão por seis anos apenas, porque tempos depois começaria no Rio de Janeiro o curso de Serviço Social para formação de assistentes sociais. Lara então volta para os bancos escolares para fazer os cursos complementares que lhe confeririam o *título de assistente social, profissão que exerceu com orgulho e dedicação por trinta e sete anos até o momento de sua aposentadoria, em 1977*. (Santos, 2005, p. 16; grifos nossos)

Sobre a trajetória profissional de Dona Ivone Lara, de enfermeira-visitadora social para o Serviço Social, ela destaca a cumplicidade da formação ligada à saúde na Escola Anna Nery:

Quando eu me formei (enfermeira), tive a felicidade também de ficar bem colocada e aí fui admitida no Serviço Nacional de Doenças Mentais. E aí eu comecei a trabalhar. Quer dizer, a minha opção foi essa [Enfermagem] por causa disso (questões financeiras). Porque, por exemplo, eu não tinha dinheiro pra continuar fazendo outras coisas aqui fora, ou escolher o que eu quisesse. Num é isso? Então a melhor opção foi essa. E me adaptei muito bem. Agora, depois de oito anos, mais ou menos uns cinco anos que eu já tava nisso, surgiu o Serviço Social, que antes era Visitadora Social. Era obrigatório. Quem fizesse Enfermagem logo a seguir fazia Visitadora Social. Eu tava fazendo Visitadora Social quando surgiu a Assistência Social. Quer dizer que só mudou o título. Eu já estava ali, as matérias eram iguais. Eu só fiz o seguinte: depois disso eu me aperfeiçoei mais na Ana Nery. Mas os outros cursos que tinha... então eu fui pra Ana Nery e fiz esses outros pra pós-graduação. E pronto. (Lara, 2005, p. 162)

Sobre o contexto da formação de Dona Ivone Lara naquele momento, a Escola Anna Nery estava voltada para a formação de enfermeiras para atuarem na Segunda Guerra Mundial, sem ter vinculação religiosa, mas sim norteadas pelo apelo patriótico, segundo abaixo:

Em 1942 havia 222 alunas matriculadas na Escola Anna Nery, no Rio de Janeiro, sendo que 75 (que não eram internas) faziam o “curso de guerra”. Em 1942, a Cruz

Vermelha Brasileira (que se instalara no país desde 1908) ofereceu 44 cursos de enfermagem que formaram cerca de 2.500 voluntárias. O voluntariado destas enfermeiras não profissionais conotava sua disposição de servir à pátria. *Provavelmente estas mulheres voluntárias não tinham relação com as tradicionais enfermeiras de caridade, ligadas a ordens religiosas, cujo discurso centrava-se na ajuda ao próximo, mas sem apelo patriótico.* (Cytrynowicz, 2000, s/p.; grifos nossos)

No estudo de Ana Lúcia Viera sobre as visitadoras sociais do Rio Janeiro (1944-1950), é apontado que o trabalho era voltado para o registro do modo de vida dos trabalhadores (2013, p. 31). A formação profissional tinha forte ênfase nas técnicas de inquérito (entrevista) nos espaços intrafamiliares. “Nessas visitas domiciliares, além de entrevistas em forma de ‘inquérito social’, elas determinavam hábitos de higiene e regras de conduta” (Viera, 2013, p. 26). Sobre o significado da mudança profissional de enfermeira para visitadora social e para a profissão de assistente social relata:

Mudou. Completamente, mudou. Porque como visitadora social já muda. Já muda. Porque tem uma coisa, a visitadora social não é supervisora, ela já não trabalha diretamente com o médico. Ela trabalha, sim, em prol do doente, atendendo às necessidades do doente e da família do doente. E justamente o Serviço Social já cuida dessa parte. É completamente diferente. E outras coisas mais. Agora, sendo que depois, com o Serviço Social, ele se expandiu mais, a gente fez mais coisas, foi aonde eu tive que fazer a pós-graduação, que era pra poder ter outros conhecimentos e fazer jus ao meu diploma de assistente social. [...] E eu já tava toda influenciada como assistente social, então eu quis ser assistente social. (Lara, 2005, p. 163)

A formação de enfermagem na Escola Anna Ney seguia o modelo norte-americano e sua estrutura estava intimamente ligada ao Serviço Social fomentado pelo decreto de Carlota Queiroz. A formação de enfermeira na EAN era composta por três anos; no último, eram ministradas as cadeiras de Serviço Social. Por outro ângulo, a escolha de ser assistente social vai além das linhas limítrofes da formação profissional de visitadora social; ligam-se profundamente com sua própria trajetória formativa as classes populares.

Dona Ivone Lara passou toda a sua vida profissional no campo da saúde mental no Centro Psiquiátrico Nacional D. Pedro II, no Engenho de Dentro, que foi de

1947 até 1977. Cabe também frisar que quem era “assistente social psiquiátrica” no período desfrutava de enorme prestígio e bom retorno financeiro, pois havia um enorme reconhecimento do “capital simbólico” da profissão, no sentido dado por Bourdieu, com potencialidades de também abrir novas chances de valorização econômica para os profissionais (Vasconcelos, 2000, p. 169).

Durante esse período trabalhou com a dra. Nise da Silveira, que foi sua supervisora e estava iniciando uma proposta terapêutica inovadora, ligada à arte.

Doutora Nise da Silveira era minha supervisora no Serviço Social. Ela ainda não tinha fundado a Casa das Palmeiras nem começado a fazer tratamentos revolucionários, mas já sabia que era importante avaliar a família dos pacientes. (Lara, apud Burns, 2009, p. 86)

A pioneira era responsável por fazer articulação extramuros entre paciente, família e comunidade. Com apoio da dra Nise da Silveira, ela também deu início às primeiras atividades musicais com os internados, que chamava “Dia para os Doentes”. “Nesses dias especiais, a gente organizava alguns internos que queriam se apresentar, dançar, cantar, e eram essas atividades mais estimulantes pelo método da doutora Nise, que começava ser posto em prática” (Lara, apud Burns, 2009, p. 87).

Sobre a história do Serviço Social na saúde mental, destaca-se: “Durante décadas, várias assistentes sociais estagiaram nessas oficinas (de doutora Nise da Silveira), e sua influência no Serviço Social tem sido mais restrita aos profissionais que trabalham no campo da saúde mental” (Vasconcelos, 2000, p. 186). A Casa das Palmeiras objetivava reduzir as reinternações por meio do estabelecimento de uma ponte entre o hospital e a vida na sociedade. O principal método de tratamento era a terapêutica ocupacional, tendo como foco a “livre expressão artística” e profissionalizante no desenvolvimento das atividades.

No estudo sobre Escola de Serviço Social da UFF há a identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de duas estagiárias da Casa Palmeiras, que utilizamos para ilustrar a visão do trabalho realizado no período:

[...] chamou-nos atenção pelo ambiente acolhedor da obra. Os clientes têm inteira liberdade de locomoção, as portas são mantidas abertas, sem vigia, há um inter-

-relacionamento entre os membros da equipe e os doentes, na realização das atividades, promovendo o clima terapêutico, indispensável à reabilitação do enfermo mental. (Silva e Simas, 1961, p. 18, apud Gomes, 1997, p. 156)

Na Casa das Palmeiras, o Serviço Social utilizava principalmente a abordagem grupal com usuários e familiares. Para Vasconcelos, o impacto dessas experiências na formação incidiu principalmente no arsenal técnico-operativo e ético-político, pois “a abordagem era humanizada, individualizada, ética, aberta e respeitosa em relação aos direitos dos clientes, a sua história pessoal e sua subjetividade, bem como a sua produção artística” (2000, p. 186).

Nossa pioneira, como as outras, vinha de rigorosa formação religiosa na escola, casou tardiamente para os padrões da época (aos 26 anos) e assumiu a frente da família com a manutenção econômica oriunda de seu trabalho. Acreditamos que seu diferencial seja principalmente na origem de classe social, articulada à sua condição de mulher negra, aliada à cultura negra de sua família (música, religião, dança etc.). Além disso, o trabalho profissional na Casa das Palmeiras, orientado pela dra. Nise da Silveira, abriu amplas possibilidades para inovar sua prática profissional por meio de grupos, a interdisciplinaridade e o uso de recursos artísticos. Por outro lado, acreditamos que o trabalho de assistente social na saúde mental também influenciou nas suas composições, principalmente na valorização da mitologia negra, da loucura, do sonho, dos afetos e da liberdade. A palavra sonho, por exemplo, é o universo onírico, expressando o inconsciente e as emoções, que aparece na mais conhecida música de sua autoria — “Sonho meu”:

Sonho meu, sonho meu
Vai buscar quem mora longe, sonho meu
Vai mostrar esta saudade, sonho meu
Com a sua liberdade, sonho meu
No meu céu a estrela-guia se perdeu
A madrugada fria só me traz melancolia
Sonho meu
Sinto o canto da noite na boca do vento
Fazer a dança das flores no meu pensamento
[...]

Como síntese do material apresentado, podemos verificar que Dona Ivone Lara estava situada “entre dois mundos”, do “velho” modelo de mulher abrindo-se ao “novo” da profissão, que contribuíram de forma diferenciada para um novo alvorecer do pensar e do praticar o Serviço Social brasileiro.

Considerações finais

As pioneiras partilhavam as transformações societárias advindas do capitalismo, da urbanização, das guerras, bem como da inserção da mulher no trabalho e na vida pública, refletidas na criação das políticas sociais e da própria profissão. O estudo sobre Dona Ivone Lara nos proporcionou um reconciliamento com a história da primeira geração profissional, ao humanizar as pioneiras e nos humanizarmos em nosso tempo “maduro”. Elas não foram feministas, não eram de esquerda; foram, sim, mulheres reformistas em sua maioria, que contribuíram para a criação do Serviço Social brasileiro e para o avanço das políticas sociais nos limites da época: histórica, social, política e cultural, cadenciadas em suas trajetórias subjetivas.

Recebido em 31/3/2016 ■ Aprovado em 25/5/2016

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. S. Os paradigmas da submissão: mulheres, educação e ideologia religiosa — perspectiva histórica. In: SILVA, G. V. et al. (Orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.

AROZO, M. Entrevista Maria Amélia Arouzo. In: LABELLE, I. G. *Memória dos pioneiros do Serviço Social no Brasil: gerações formadas na década de 30 a 50* [Relatório parcial de pesquisa]. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.

BACKX, S. *Serviço Social: reexaminando sua história*. Rio de Janeiro: AS, 1994.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2011.

- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- _____. Um saber comprometido. *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, ano 3, n. 35, fev. 2002.
- BURNS, M. *Nasci para sonhar e cantar*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- CARONE, E. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1984.
- CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.
- CORRÊA, M. A cidade dos menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, M. C. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.
- CYTRYNOWICZ, R. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. VII, n. 1, p. 73-91, mar./jun. 2000.
- FERREIRA, M. G. L. N. In: CPDOC/MINISTÉRIO PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Secretaria de Estado de Assistente Social. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista613.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2011.
- FRANCO, S. P. Caminhos e contradição no processo de escolarização das mulheres. In: SILVA, G. V. et al. (Orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.
- GOMES, L. M. A. *Proteção social no estado do Rio de Janeiro de 1945-1964: o significado histórico da Escola da UFF*. Niterói: Ed. da UFF, 1997.
- GONÇALVES, A. L. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2004.
- LARA, D. I. Entrevista. In: SANTOS, K. R. C. *Dona Ivone Lara: voz e corpo da síncopa do samba*. Tese (Doutorado) — University of Georgia, Geórgia, 2005.
- LIMA, L. G. Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial. In: SILVA, G. V. et al. (Orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.
- LÔBO, Y. *Bertha Lutz*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

MATOS, M. I. História, mulher e poder: da invisibilidade ao gênero. In: SILVA, Gilvan Ventura da et al. (Orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.

RAGO, E. *Do cabaré ao lar — a utopia da cidade disciplinar no Brasil: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 199-225, 2000.

RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Record, 2004. v. II.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, K. *Dona Ivone Lara: voz e corpo da síncopa do samba*. Tese (Doutorado) — University of Georgia, Geórgia, 2005.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, G. V. et al. (Orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.

SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência — mulheres pobres e ordem urbana: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VASCONCELOS, E. M. (Org.). *Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2000.

VIERA, A. L. “*A colaboração lhe bate à porta...*”: visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

WEINSTEIN, B. *Inventando a “mulher paulista”*: política, rebelião e gênero das identidades”, 2004. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009113349weinstein.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

WERLE, V. Participação de mulheres na política social. *Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 3, p. 311-316, jan./jul. 2010.